



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0006277-47.2009.2.00.0000(200910000062775)

Requerente: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região

Requerido: Tribunal Regional Federal 1ª Região
Tribunal Regional Federal 4a. Região

ACÓRDÃO

EMENTA: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO – TRABALHO VOLUNTÁRIO – ATIVIDADE-FIM – SERVIDOR – AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO – LEI 9.608/98.

1. Procedimento em que o Ministério Público do Trabalho pede ao CNJ a apuração da contratação de trabalhadores voluntários nos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 4ª Regiões.
2. Não há incompatibilidade entre serviço voluntário e o comando constitucional que vincula o acesso aos cargos públicos a prévio concurso público.
3. As funções indelegáveis do Estado não podem ser deixadas inteiramente ao sabor da disponibilidade de cidadãos generosos, cujo vínculo com a administração possui uma fragilidade incompatível com o caráter indispensável e inafastável da prestação jurisdicional.
4. É vedado ao prestador de serviço voluntário nos tribunais o exercício da advocacia, dicção do art. 28, IV da Lei 8.906/94.
5. As atividades ligadas diretamente à produção de decisões judiciais não podem ser entregues a voluntários, em face mesmo da fragilidade de seu vínculo com a Administração e, novamente, do princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional.
6. Procedência parcial do pedido.

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado pelo Ministério Público do Trabalho que, em nome do princípio da autotutela, recebo como recurso administrativo a ser apreciado pelo Plenário deste Conselho.

O presente Pedido de Providências teve início com o ofício do Ministério Público do Trabalho, por meio do qual encaminhou cópia do Inquérito Civil n. 1912/2009. Referido procedimento apurava a contratação de voluntários pela Justiça Federal das 1ª e 4ª Regiões, para exercerem atividades-fim nos referidos órgãos.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por sua vez, informou que houve contratação de estagiários e prestadores de serviço voluntários em seu âmbito, tendo encaminhado à Procuradoria do Trabalho todos os documentos por ela solicitados. Afirmou, ainda, que o próprio inquérito que apurou a contratação de voluntários foi arquivado e o Tribunal cientificado da decisão.

Proferi decisão monocrática final em 27 de abril de 2010, nos seguintes termos:

Intimado o requerente para manifestar-se a respeito da notícia de arquivamento do inquérito civil em seu próprio âmbito, bem como se pretendia prosseguir o presente feito, restou silente o Ministério Público.

Considerando que o próprio requerente não vislumbrou irregularidades na questão que trouxe a este Conselho, arquivando o inquérito em seu âmbito, bem como da falta de provocação após ser questionado acerca do interesse na continuidade do presente feito, archive-se este Procedimento nos termos do artigo 25, inciso X[1], do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

Em 17 de maio de 2010, o requerente se manifestou pelo prosseguimento do presente feito, sob o argumento de que o arquivamento do Inquérito Civil *se deu apenas no tocante à denúncia sobre irregularidades na execução do programa de estágio pela Justiça Federal do Piauí* (OFIC25). Solicita a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal pelos órgãos da Justiça Federal na qualidade de trabalhadores voluntários.

Aduz o requerente que as contratações constituem inobservância da regra constitucional do concurso público (art. 37, II), uma vez que referidos voluntários são empregados em atividades-fim da Justiça Federal, desempenhando atribuições típicas de técnicos e analistas judiciários. Afirmo que os voluntários suprem uma demanda de mão-de-obra que deveria ser admitida por concurso público.

Intimado a oferecer contra-razões, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região informa que existem, em seu âmbito, prestadores de serviço voluntário, aceitos com base na Lei 9.608/98, bem como na Portaria 325/2007-DIREF.

Afirmo que as atividades desempenhadas são: 1. digitação de termos de audiência; 2. auxílio na realização das audiências; 3. auxílio nos gabinetes; 4. acompanhamento das perícias; 5. recebimento de correspondências; 6. pesquisa de doutrina, jurisprudência e legislação e 7. digitação de minutas de despacho (INF29).

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por sua vez, encaminhou a lista de trabalhadores voluntários por Seção Judiciária, especificando todas as atividades desempenhadas (INF10).

É o relatório.

VOTO.

As contratações de trabalhadores voluntários têm esboço legal na Lei 9.608/98, cujo inteiro teor vale transcrever:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição

privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Cumprido destacar, inicialmente, que não se vislumbra incompatibilidade entre referida Lei e o comando constitucional que vincula o acesso aos cargos públicos a prévio concurso público[2]. Os trabalhadores voluntários não são empossados, evidentemente, em cargos de provimento efetivo. Não há, portanto, qualquer prejuízo ao Estado, que continuará admitindo em seus quadros apenas servidores selecionados em processo seletivo próprio. Tampouco haveria prejuízo aos cidadãos que pretendem o ingresso no serviço público, pois os trabalhadores voluntários, repita-se, não ocupam cargos criados por lei.

Com efeito, a utilização do trabalho voluntário se insere no âmbito de autonomia do Tribunal, a qual foi entregue ao cuidado deste Conselho pela Constituição da República[3], o que se confirma nos reiterados julgados deste Conselho, entre os quais destaca-se:

Pedido de Providências. Concurso Público para Escrivão Judiciário. Servidores designados para ocupação de cargos. Expiração do prazo do concurso público realizado em 2004. Pedido indeferido. – “Não vislumbro irregularidade no fato do tribunal manter servidores, de seu quadro funcional, na titularidade de Escrivão Judiciário, posto que as atividades estão sendo devidamente desenvolvidas. É preciso que se mantenha a observância da autonomia administrativa e financeira dos Tribunais, ponto de concordância neste Conselho” (CNJ – PP 20081000000959 – Rel. Cons. Andréa Pachá – 58ª Sessão – j. 11.03.2008 – DJU 03.04.2008 – Ementa não oficial).

Pedido de Providências. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Oficiais de Justiça. Despesas com condução. Mandados expedidos pelos Juizados Especiais Cíveis. Autonomia do Tribunal. Recurso prejudicado. – “É privativa a competência dos Tribunais para o funcionamento e organização de seus órgãos jurisdicionais e administrativos, não sendo devida a ingerência do CNJ sobre pretensão corporativa de majoração de percentual de gratificação de diligência, matéria afeta à autonomia administrativa e financeira das Cortes” (CNJ – PP 200810000018319 – Rel. Cons. Andréa Pachá – 72ª Sessão – j. 21.10.2008 – DJU 07.11.2008).

Outrossim, se por um lado há amparo legal para o trabalho voluntário, por outro há princípios constitucionais que devem ser observados na sua utilização.

Primeiramente, ao fixar o conteúdo das atribuições do Poder Judiciário, a Constituição afasta a possibilidade de lei ou qualquer outro ato normativo delegar qualquer de suas funções. Trata-se do princípio

da indelegabilidade, que se aplica igualmente às outras funções do Estado.

Paralelamente, o princípio da inafastabilidade, ou indeclinabilidade, garante acesso ao Poder Judiciário a todos que tiverem seu direito violado ou ameaçado, expresso na Constituição da República, art. 5º, inciso XXXV:

A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

A contratação de trabalhadores voluntários deve observar referidos princípios, especialmente no tocante à quantidade de contratados e atividades por eles desempenhadas. As funções indelegáveis do Estado não podem ser deixadas inteiramente ao sabor da disponibilidade de cidadãos generosos, cujo vínculo com a administração possui uma fragilidade incompatível com o caráter indispensável e inafastável da prestação jurisdicional.

Ou seja, é preciso que os Tribunais que acolhem os serviços prestados gratuitamente fixem percentual máximo para a contratação de voluntários, o qual não deve superar 10% (dez por cento) da quantidade de servidores de cada unidade organizacional básica do Órgão contratante.

Não obstante não ter sido objeto do pedido inicial, é preciso que os tribunais observem dois aspectos importantes ao admitirem trabalhadores voluntários. Primeiramente, quanto à necessidade de celebração de termo de adesão entre o tribunal e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar, com exatidão, as atividades exercidas pelos voluntários, bem como todas as condições da contratação, nos termos do art. 2º da Lei 9.608/98[4].

Deve constar em referido termo, ainda, a vedação ao exercício da advocacia pelo voluntário enquanto perdurar a prestação do serviço. É que, da mesma forma que o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil veda o exercício da advocacia pelos ocupantes de cargos ou funções vinculados a qualquer órgão do Poder Judiciário[5], é preciso que os prestadores de serviço voluntário observem, igualmente, aludido impedimento. O tribunal deve exigir, como requisito para admissão do voluntário, a assinatura de termo de compromisso.

Por fim, não é recomendável que as atividades ligadas diretamente à produção de decisões judiciais sejam entregues a voluntários, em face mesmo da fragilidade de seu vínculo com a Administração e, novamente, do princípio da inafastabilidade anteriormente citado.

Isto posto, voto pela procedência parcial do pedido, para determinar aos Tribunais requeridos que:

1. adotem regulamentação semelhante à da Resolução nº 403/2009-STF, fixando o percentual máximo para a contratação de voluntários, o qual não deve superar 10% (dez por cento) da quantidade de servidores de cada unidade organizacional básica do Órgão contratante;

2. exijam assinatura de termo de adesão pelo voluntário, no qual deve constar com exatidão as atividades exercidas, bem como a comprovação ou compromisso do voluntário de que não exerce advocacia no período em que prestar serviços ao tribunal;

3. seja vedada aos trabalhadores voluntários dos tribunais a produção de minutas de decisões judiciais ou quaisquer atividades de caráter decisório, podendo ser-lhes atribuídas funções de mero

expediente.

CNJ, 17 de agosto de 2010.

[1] Art. 25. São atribuições do Relator:

(...);

X – determinar o arquivamento liminar do processo quando a matéria for flagrantemente estranha às finalidades do CNJ, bem como a pretensão for manifestamente improcedente, despida de elementos mínimos para sua compreensão ou quando ausente interesse geral; (...).

[2] Art. 37, II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração

[3] Art. 103-B, § 4º. Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

[4] Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

[5] Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

(...)

IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro.

JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA em 18 de Outubro de 2010 às 18:36:39



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **257533**



10101818373200000000000256825